ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC Hoje Vol 19 No. 2 Fevereiro 2017

POLÍTICA	3
SEGURANÇA ALIMENTAR	4
BIODIVERSIDADE	5
GÉNERO	6
ENERGIA	7
RETIRO E CIMEIRA DA SADC	8-9
COMÉRCIO	10
UNIÃO AFRICANA	11
PAZ E SEGURANÇA	12
TURISMO	13
BREVES NEGÓCIOS	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

Rumo à "SADC que queremos"

por Joseph Ngwawi

A VISÃO continental da "África que Queremos" definida pela União Africana como Agenda 2063 serve de inspiração para que as sub-regiões façam revisão dos seus próprios planos e visão para o futuro.

A África Austral está, portanto, a avaliar e a redefinir a sua agenda de integração regional com vista à criação da "SADC que queremos", uma região na qual todos os cidadãos partilham e se beneficiam da visão de um futuro comum.

Em Março de 2016, o Conselho de Ministros da SADC notou a necessidade de uma sessão estratégica especial a nível ministerial para deliberar sobre a implementação dos programas e projectos da SADC sob os auspícios do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional revisto (RISDP) 2015-2020 e Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC (2015-2063).

Neste sentido, o Conselho orientou o Secretariado da SADC a organizar uma sessão de estratégia especial para analisar o ritmo e o nível de implementação da agenda de integração da SADC.

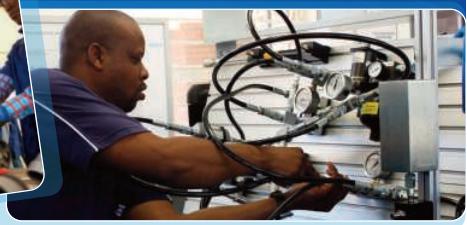
Trata-se de fazer um balanço do que a SADC conseguiu desde a sua criação em 1980, bem como dos desafios que a região enfrenta e do que deve ser feito para acelerar o ritmo e o nível da agenda de integração da SADC.

Um Retiro Ministerial Estratégico da SADC está programado para 12 a 14 de Março em Mbabane, no Reino da Swazilândia, para determinar o que precisa de ser feito para criar a "SADC que queremos" e desenvolver cenários sobre a possível trajetória que a SADC poderá tomar.

Os principais objectivos do retiro são:

- Avaliar a situação actual no que diz respeito à implementação da agenda de integração da SADC e reflectir sobre se a SADC está a realizar os seus objectivos e a satisfazer as expectativas dos Estados-Membros;
- Interrogar os arranjos institucionais existentes para impulsionar a integração regional, especialmente para a industrialização na região;
- Explorar opções alternativas de recursos financeiros para implementar programas ou projectos da SADC; e
- Criar cenários sobre o futuro, a possível trajectória que a SADC poderá tomar e as melhores opções e possibilidades para promover o desenvolvimento regional na África Austral.

continua na página 2...



Rumo à "SADC que queremos"

Espera-se que o Retiro Ministerial apresente recomendações para acelerar a Agenda de integração regional da SADC; Acordar as abordagens para implementar com sucesso os programas e projectos da SADC; e identificar fontes alternativas de recursos financeiros para a implementação do Programa de Acção da SADC.

As principais questões e recomendações do Retiro Ministerial devem ser apresentadas ao Conselho de Ministros e à Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo na Swazilândia, a 18 de Março.

A SADC é um órgão intergovernamental que evoluiu dos Estados da linha de frente da África Austral para a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral em 1980 e mais tarde para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral apoiada pelo Tratado de Windhoek de 1992 que transformou a organização da situação de desenvolvimento cooperativo para Uma Comunidade na prossecução do aprofundamento da integração regional.

O mandato da organização é definido pelo Tratado da SADC (conforme emendado), o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (2015-2020), aprovado pela Cimeira em Harare, no Zimbabwe, em abril de 2015.

O Tratado da SADC estabelece os principais objectivos da SADC que conduzirão à consecução da Agenda Comum da SADC que aspira a:

- Alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico e aliviar a pobreza;
- Melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral; e
- Apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional.

O RISDP revisto, em particular, colocou a industrialização no centro da agenda da SADC e resolveu que outras áreas de intervenção devem ser orientadas para apoiar a iniciativa de industrialização.

Para fortalecer a capacidade da SADC de implementar o seu programa, foi decidido que um amplo processo de consulta seja realizado com todas as partes interessadas para garantir a eficácia da implementação de todos os programas e proporcionar benefícios mútuos e colectivos para todos os Estados Membros.

A SADC adoptou 33 protocolos e outros estatutos relacionados como um sinal claro de compromisso para a implementação colectiva das várias facetas do seu programa de desenvolvimento, dos quais 26 entraram em vigor.

No entanto, a maioria dos protocolos da SADC ainda precisam de ser domesticados na legislação nacional dos Estados-Membros. ❐

2017 outro ano de definição para a SADC

O ANO 2017 promete ser mais um período definidor para a África Austral na sua campanha para impulsionar a agenda de integração regional.

Espera-se que a SADC continue apreensiva com a situação de segurança alimentar após chuvas intensas que aumentaram a produção de alimentos em algumas partes da região, mas ameaçam a produção de alimentos em outras áreas, enquanto algumas partes da região continuam com mais um ano de seca.

No ano passado, a região enfrentou um défice de cereais estimado em 9,3 milhões de toneladas métricas devido a um padrão cíclico de seca influenciado por um fenômeno El Niño forte associado ao aquecimento das águas do Oceano Índico ao largo da América do Sul.

Para enfrentar a situação de segurança alimentar e coordenar uma resposta, a SADC criou uma Equipe regional de Resposta ao El Niño e lançou um apelo humanitário regional de 2,7 biliões de dólares norte-americanos para assistência.

Em Novembro de 2016, foram mobilizados 757 milhões de dólares norte-americanos, dos quais 222 milhões de dólares norte-americanos dos Estados membros e 535 milhões de dólares norte-americanos dos ICPs.

Em relação ao comércio, a SADC, juntamente com outras comunidades económicas regionais, deverão lançar uma Área Continental de Comércio Livre (ACCL) em 2017.

Quando estiver operacional, a ACCL reunirá todos os países africanos, criando uma população combinada de mais de um bilião de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 triliões de dólares norte-americanos.

No que diz respeito à educação, a SADC espera este ano estabelecer uma universidade para formar cidadãos em inovação e empreendedorismo à medida que a região intensifica esforços para se transformar numa região industrializada.

A proposta Universidade de Transformação da SADC estará sediada na Swazilândia e o presidente da SADC, o Rei Mswati III da Swazilândia, ofereceu bolsas de estudo para 300 estudantes para a admissão inicial de todos os 15 Estados-Membros - 20 estudantes por país.

Outra questão importante que dominará a agenda de integração regional em 2017 será a aprovação de um plano de acção orçamentado para a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC adoptado em 2015.

A aprovação do plano de acção orçamentado para a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC deverá ser feita na próxima Cimeira Extraordinária da SADC, prevista para 18 de Março, em Ezulwini, Reino da Suazilândia.

O plano de acção visa estabelecer um esquema de implementação coerente e sinérgico que contenha opções estratégicas e políticas gerais para a consecução progressiva dos objectivos calendarizados estabelecidos na estratégia e no roteiro.

As questões energéticas devem continuar a ser prioritárias para a SADC, incluindo a implementação do Plano do Sector da Energia do Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-Estruturas da SADC (RIDMP), que visa aumentar a capacidade de produção de energia dos actuais 56.000 megawatts para uma demanda projectada de 96.000 MW nos próximos 11 anos, tornando a região da SADC auto-suficiente em termos energéticos.

A SADC continuará também a ser encarregada dos esforços para assumir plenamente a sua agenda de integração, financiando os seus próprios planos de desenvolvimento.

As estimativas actuais mostram que apenas 9% dos projectos regionais são financiados pelos Estados-Membros da SADC, enquanto que o saldo provém dos ICP. Isso compromete a apropriação e a sustentabilidade dos programas regionais.

Outro grande desenvolvimento para o ano será o início do processo de revisão da estrutura organizacional do Secretariado da SADC para garantir que ela responda adequadamente às questões novas e emergentes no plano de desenvolvimento revisto da região.

No cenário político, a África Austral procurará fortalecer as suas credenciais como uma região relativamente estável, com apenas um país - Angola - indo às eleições em Agosto para a escolha do Presidente e membros do parlamento, enquanto outros Estados-Membros se preparam para as eleições de 2018.❐

SADC adopta estratégia para combater a caça furtiva de recursos naturais

A ADOPÇÃO de uma estratégia para combater a caça furtiva na África Austral é mais um passo na preservação dos recursos naturais e no desenvolvimento socioeconómico.

A região da SADC é rica em recursos naturais, como pesca, florestas e minerais, e é o lar das maiores populações de animais selvagens do continente.

No entanto, esses recursos naturais são ameaçados pela caça ilegal, a colheita ilegal, o comércio ilegal, a sobre exploração e o impacto das mudanças climáticas. Tais desafios podem prejudicar o progresso que a região está a fazer na segurança alimentar, na criação de emprego e no desenvolvimento económico.

Para enfrentar este desafio e assegurar que a região se beneficie plenamente dos seus recursos naturais, a SADC adoptou a Estratégia de Implementação da Lei contra a Caça (LEAP).

A estratégia foi adotada em Fevereiro pelos Ministros responsáveis pelo Meio Ambiente e Recursos Naturais e pelo Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança na sua reunião conjunta realizada em Ezulwini, Reino da Swazilândia.

A estratégia visa reduzir o nível de caça e comércio ilegal de fauna e flora selvagens e reforçar a capacidade de aplicação da lei na região.

O objectivo é travar a caça e o comércio ilegal de animais selvagens até 2021. Isto deve ser alcançado através do enfoque nos seguintes aspectos:

- Fortalecimento da legislação e dos processos judiciais;
- Redução da criminalidade da vida selvagem e comércio ilegal;
- Melhoria e reforço da protecção de campo;
- Integração de pessoas na gestão de recursos naturais; e
- Garantir o comércio e a utilização sustentável dos recursos naturais.

Christopher Gamedze afirmou que a vida selvagem é um dos principais contribuintes para o crescimento socioeconómico e que é necessário salvaguardá-la.

Ele disse que a maioria dos países da região depende do turismo, que é um das principais fontes de renda e de trabalho para os cidadãos locais, contribuindo assim para o crescimento das economias nacionais.

"Se não salvarmos as nossas já ameaçadas espécies selvagens, é provável que testemunharemos volumes de tráfego altamente reduzidos para a África Austral num futuro próximo, colocando assim a nossa indústria de ecoturismo em perigo", disse Gamedze, que foi presidente da reunião conjunta.

O vice-Secretário Executivo para Integração Regional da SADC, Dr. Thembinkosi Mhlongo, concordou, dizendo que é necessário reforçar os esforços para combater a caça ilegal e controlar o comércio ilegal de animais selvagens para salvaguardar a fauna e a flora da região.

Ele disse que a colheita ilegal e o tráfico de animais selvagens são um sério desafio na região, pois corroem a biodiversidade, ameaçam a sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção e prejudicam a riqueza das nações ao mesmo tempo geram ganhos monetários para o crime organizado.

Dada a natureza transnacional do problema, o Dr. Mhlongo disse que há uma grande necessidade dos países da região trabalharem juntos para enfrentar o desafio a nível nacional e regional.

Para assegurar a implementação efectiva da estratégia LEAP, os ministros aprovaram a criação de uma Unidade Regional de Prevenção e Coordenação da Criminalidade da Vida Selvagem no Secretariado da SADC que será apoiada por grupos de trabalho nacionais de prevenção da criminalidade.

Os grupos de trabalho serão compostos por funcionários de várias instituições como a polícia, as autoridades de gestão da vida selvagem, as autoridades aduaneiras, defesa, imigração, inteligência e do sector judiciário.

A LEAP da SADC é um dos vários instrumentos para combater a caça ilegal e o comércio ilegal de animais selvagens. Outros instrumentos incluem protocolos sobre Florestas, Pesca, Conservação da Vida Selvagem e a Lei de Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, que promovem a gestão e utilização sustentáveis dos recursos naturais e do ambiente. ❐

Protocolo revisto da SADC em sintonia com a dinâmica global

O PROTOCOLO revisto para o avanço da igualdade e equidade de género na África Austral, aprovado pela 36ª Cimeira da SADC em Agosto de 2016, foi alinhado com metas globais e questões emergentes.

Por exemplo, o Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento captura temas emergentes como as mudanças climáticas e os casamentos de crianças. Os casamentos entre crianças são um dos factores que contribuem para o lento progresso na redução da mortalidade materna, mas a definição de uma criança por idade continua controversa.

A revisão procurou também alinhar o protocolo revisto com disposições de outros instrumentos, tais como os relativos à gestão sustentável do ambiente, e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC. ❐

Sistema on-line de monitoria baseado em resultados

O SECRETARIADO da SADC está a desenvolver um sistema online de monitoria baseado em resultados que será utilizado para monitorar a implementação de protocolos e programas.

O desenvolvimento do sistema de monitoria ocorre num momento em que há preocupação com o ritmo lento de domesticação dos protocolos da SADC e a implementação de programas.

Na prossecução das aspirações regionais de "uma região unida, próspera e integrada", os Estados-Membros da SADC assinaram numerosos protocolos e outros documentos políticos em vários domínios-chave, desde o comércio e o investimento, a paz e a segurança, até aos recursos naturais transfronteiriços e o empoderamento de Mulheres e jovens.

Um total de 33 protocolos foram assinados pelos Estados-Membros, mas apenas 26 foram ratificados e entraram em vigor.

De acordo com os estatutos legais da SADC, qualquer protocolo regional assinado deve ser ratificado pelos Estados membros. Pelo menos dois terços dos 15 Estados-Membros são obrigados a ratificar um protocolo para a sua entrada em vigor. ❐

Boa precipitação vai persistir em grande parte da África Austral

A MAIOR parte da África Austral deverá continuar a receber uma boa queda de chuvas até Março, de acordo com as últimas projecções climáticas.

As previsões do Centro de Serviços Climáticos da SADC indicam que existe uma maior probabilidade de ocorrência de precipitação elevada, referida como "normal com tendência para acima do normal" sobre as zonas sul do Zimbabwe e Moçambique, norte da África do Sul, Swazilândia, Botswana oriental e Lesotho oriental.

As projecções climáticas de Janeiro a Março de 2017 mostram que a região receberá mais chuvas do que na primeira metade da época, ou seja, Outubro a Dezembro de 2016.

Evidências de alta precipitação durante o mês de janeiro foram registradas em muitas partes da região.

Prevê-se que chuvas fracas, descritas como "normal com tendência para abaixo do normal", ocorram no leste da República Democrática do Congo, na República Unida da Tanzânia, no extremo norte da Zâmbia, Malawi, Moçambique e Madagáscar.

A actualização feita é em grande parte consistente com o que foi projectado em Agosto do ano passado pelo Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral.

Uma revisão dos primeiros três meses da campanha agrícola de 2016/17 mostra tendências semelhantes entre o que foi previsto e a quantidade real de chuva recebida no período Outubro-Novembro-Dezembro de 2016.

As boas chuvas recebidas até agora trouxeram alívio para a maior parte da África Austral uma vez que a região pretende melhorar a sua situação de segurança alimentar após duas épocas sucessivas de seca que causaram a falha de colheitas e escassez de alimentos.

Estima-se que 40 milhões de pessoas na África Austral ficaram numa situação de insegurança alimentar devido à grave seca que ocorreu na época agrícola de 2015/16.

Espera-se que as chuvas elevem a produção de energia hidroeléctrica, que sofreu um grande declínio nos últimos dois anos devido às frequentes secas.

A Autoridade de Águas do Zambeze informou que os níveis de água em Kariba subiram para 478,27 metros (19 por cento da capacidade) de capacidade a 20 de Janeiro de 2017, contra 477,22m (12 por cento) registados na mesma data no ano passado.

A baixa precipitação ocorrida na época chuvosa 2015/16 reduziu a produção hidroeléctrica no Lago Kariba em mais de 50%, já que os níveis de água caíram acentuadamente de 53% em Fevereiro de 2015 para 12% em Fevereiro de 2016.

A barragem de Kariba foi criada e projectada para operar entre os níveis 475.50m e 488.50m, com 0,70m de margem livre em todos os momentos.

Apesar da campanha agrícola 2016/17 aparentar ser mais brilhante na maior parte da região Austral, a eclosão de minhoca ameaça afectar a produção agrícola em alguns países.

A Rede do Sistema de Aviso Prévio contra a Fome indicou que já foram notificados casos de surto de leucoma no Zimbabwe, Malawi e Zâmbia.

A capacidade de controlar suficientemente o surto e responder à situação tem sido lenta a nível nacional e pode resultar em prejuízos graves para as culturas.

Um relatório recente da Organização Internacional de Controlo de Gafanhotos para a África Central e Meridional indica que os danos causados às culturas no Zimbabwe e na Zâmbia foram significativos e isso pode resultar em perdas substanciais de colheitas se não forem tomadas medidas urgentes.

Especialistas na região têm explicado que os principais surtos são comumente precedidos por uma seca prolongada. A actual epidemia de vermes é atribuída à severa seca que ocorreu na África Austral nas épocas agrícolas 2014/15 e 2015/26.

Os países da África Austral conseguiram, no passado, controlar a invasão da lagarta e do gafanhoto através da distribuição atempada de pesticidas nas áreas afectadas.

Além disso, a chuva consistente em alguns lugares não está permitindo que as famílias tenham a oportunidade de colher a sua produção e isso pode afectar as culturas se as condições persistirem.

As chuvas excessivas na região resultaram em várias inundações localizadas com maior humidade do solo, susceptíveis de desencadear inundações adicionais o Zimbabwe, Moçambique, Malawi, Zâmbia e Zambeze da Namíbia.

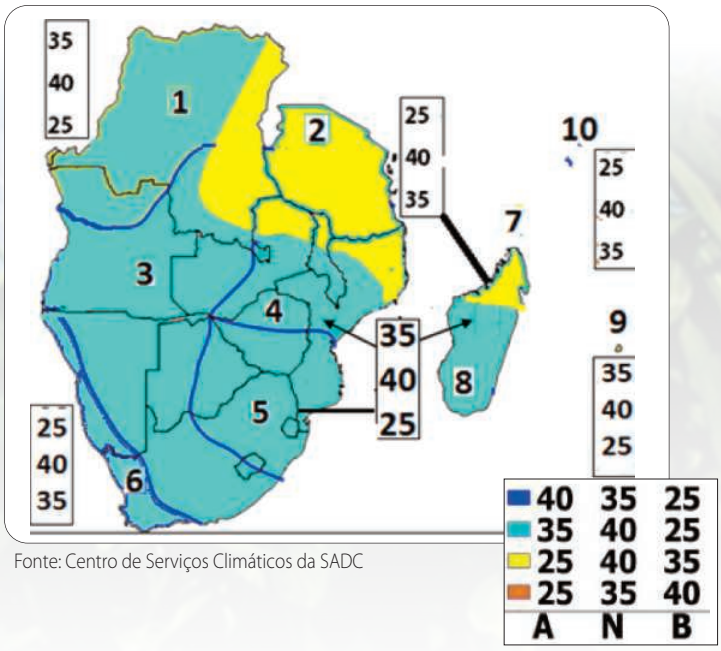
O rápido aumento dos níveis dos rios ao longo dos rios Limpopo, Save, Búzi, Pungoé e Zambeze devido a fortes chuvas a montante e a jusante representa um risco para as comunidades que vivem nas planícies de inundações.

Em resposta à crescente frequência de inundações e secas, os Estados-Membros estão a fazer progressos no reforço das capacidades de gestão dos riscos, a fim de salvar vidas e reforçar a segurança alimentar.

Em 2016, os Ministros da SADC responsáveis pela Redução do Risco de Desastres adoptaram a Estratégia Regional de Prontidão e Resposta a Desastres, que deverá fortalecer as intervenções coordenadas na África Austral.

Os ministros mencionaram a necessidade dos países da SADC investirem em ações que acelerem a obtenção de resiliência sustentável aos desastres perante as condições climáticas extremas. ❐

Previsão climática para Janeiro-Fevereiro-Março de 2017



Fonte: Centro de Serviços Climáticos da SADC

SADC avalia implementação de Protocolo sobre Florestas

A SADC iniciou o processo de avaliação do estado de implementação do Protocolo sobre Florestas para determinar o nível em que os Estados-Membros beneficiaram da cooperação regional no sector florestal.

O Protocolo da SADC sobre Florestas foi assinado em 2002, mas entrou em vigor em 2009 após a ratificação por 10 países - Botswana, Lesotho, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Angola, República Democrática do Congo, Madagáscar, Malawi e Seychelles ainda não aderiram ao Protocolo.

O protocolo visa promover o desenvolvimento, a conservação, a gestão sustentável e a utilização de todos os tipos de florestas e o comércio de produtos florestais.

Fornece orientação regional para os Estados Membros sobre a gestão, comércio, avaliações, políticas, programas e leis florestais, bem como especifica a necessidade de harmonização das práticas regionais de gestão sustentável e aumenta a eficiência da utilização e facilitação do comércio, entre outros.

Desde a entrada em vigor do protocolo, os Estados Membros da SADC desenvolveram, adoptaram e implementaram uma série de intervenções políticas e legislativas na gestão e comércio florestal em toda a região.

Simultaneamente, o sector florestal testemunhou desenvolvimentos significativos em toda a região durante a última década.

Os principais acontecimentos ocorridos nos últimos anos e que exigiram uma revisão do protocolo incluem o advento de uma nova era de forte impulso para a integração económica regional que testemunhou um aumento na circulação de bens e serviços, incluindo os associados aos recursos naturais.

Como resultado dessa mudança para a integração económica regional, o processo de formulação, domesticação e implementação de protocolos regionais de meio ambiente e recursos naturais tem desempenhado um papel crucial na abordagem de pontos de pressão para melhorar a gestão florestal regional.

O robusto crescimento económico em alguns países também contribuído para o aumento da demanda de produtos florestais, colocando desafios aos mecanismos de controlo do comércio intra-regional e da gestão florestal.

O aumento do comércio ilegal de madeira dentro e entre os vários Estados membros da SADC e para além da região exigiu uma colaboração mais estreita entre os países e entre a SADC e outras comunidades económicas regionais, como a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC).

Vários acordos bilaterais foram assinados nos últimos anos ou estão sendo desenvolvidos como parte dos esforços para conter o comércio ilegal de madeira e melhorar a gestão florestal. Isto representa uma oportunidade para reforçar a colaboração entre os Estados-Membros para melhorar a gestão florestal.

Vários mecanismos foram testados e implementados na SADC para melhorar a gestão florestal. Estes incluem o Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD +) e o Programa de Aplicação da Lei, Gestão e Comércio Florestais (FLEGT).

Estas iniciativas criaram oportunidades para a partilha de lições em toda a região.

Outro desenvolvimento significativo nos últimos anos foi a assinatura em 2015 da Declaração de Zanzibar sobre o Comércio Ilegal de Madeiras e outros Produtos Florestais. Esta declaração oferece uma oportunidade para fortalecer os esforços para construir relações para melhorar a gestão florestal e o comércio na região da SADC e nos Estados membros da EAC.

De acordo com o Secretariado da SADC, estes desenvolvimentos no sector florestal na região sinalizam a necessidade e oportunidade para os Estados Membros da SADC revisitarem e harmonizarem as estratégias, políticas e mecanismos transfronteiriços existentes.

É neste contexto que decorre a avaliação da aplicação do Protocolo da SADC sobre Florestas.

"A avaliação visa estabelecer o estado de implementação do Protocolo sobre Florestas à luz dos desafios e oportunidades emergentes", afirmou o Secretariado da SADC.

"Esta avaliação irá também destacar a contribuição e as ligações do Protocolo Florestal da SADC para as reformas do sector florestal nos Estados-Membros".

O objectivo geral da avaliação é analisar os resultados alcançados pelos Estados Membros da SADC para atingir os objectivos definidos no âmbito do Protocolo sobre Florestas, tais como o desenvolvimento e a harmonização das leis e políticas nacionais relacionadas com as florestas; Bem como o acompanhamento e o desenvolvimento de mecanismos de promoção do comércio e cooperação florestal na região. ❐

Objectivo da Avaliação do Protocolo da SADC sobre Florestas

- Aferir até que ponto os Estados-Membros aplicaram o Protocolo sobre Florestas desde a sua entrada em vigor em 2009;
- Avaliar a adequação e relevância do protocolo no contexto das tendências actuais e emergentes de gestão e comércio florestal;
- Recomendar áreas (ou aspectos do Protocolo) que possam exigir aperfeiçoamento, fortalecimento, revisão ou modificação para fortalecer a eficácia e a eficiência na implementação;
- Avaliar o estado e a eficácia dos mecanismos institucionais para implementar o Protocolo e fazer recomendações ao Secretariado para melhoria;
- Identificar os principais constrangimentos que afectam a aplicação do Protocolo sobre Florestas;
- Identificar os desafios dos Estados-Membros que ainda não aderiram ao Protocolo;
- Recomendar acções específicas para enfrentar as restrições e / ou desafios identificados; e
- Testar o sistema de monitoria on-line baseado em resultados que está sendo desenvolvido pelo Secretariado da SADC para monitorar a implementação de protocolos. ❐

África tem potencial para influenciar os processos e as decisões globais

por Nyarai Kampilipili

A ÁFRICA deve continuar a falar com uma só voz para assegurar que os seus pontos de vista sejam tomados em conta na formulação e implementação de decisões socioeconómicas destinadas a promover o desenvolvimento global.

Phumzile Mlambo-Ngcuka, Directora Executiva da ONU Mulheres, disse que a unidade do desígnio entre os países africanos tem o potencial de permitir que o continente influencie a tomada de decisões, incluindo o resultado de outros processos intergovernamentais que podem impulsionar a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável bem como a Agenda 2063.

Mlambo-Ngcuka falava na Reunião Pré-Consultiva Ministerial Africana da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) 61 realizada no final de Janeiro em Adis Abeba.

A CSW 61, agendada para os dias 13 a 24 de Março na sede das Nações Unidas em Nova York, é uma comissão operacional do Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC) cujo mandato é assumir um papel de liderança no monitoramento e na revisão dos avanços na implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing (BDPfA).

A comissão reúne-se anualmente para rever a implementação da BDPfA. A Comissão centra-se anualmente num tema prioritário específico para acelerar a implementação.

Este ano, a CSW 61 vai decorrer sob o lema "Empoderamento económico das mulheres no mundo do trabalho em mudança".

Mlambo-Ngcuka disse que é essencial que a África leve muito a sério este seu papel e lugar estratégico na história.

"A Comissão sobre a Situação da Mulher é uma reunião estratégica que África deve aproveitar, como o maior bloco das Nações Unidas, para garantir que nossa posição acordada influencie o resultado das conclusões globais da reunião".

Ela afirma que os acordos da reunião em questões como a renovação dos esforços para investir na educação de jovens mulheres e raparigas é um meio para proteger as jovens de gravidezes não desejadas e do HIV e SIDA e para proteger os seus direitos reprodutivos.

Os Ministros responsáveis pelos Assuntos do Género e Mulheres dos países africanos desenvolveram uma posição acordada sobre as prioridades para as mulheres do continente, com o objectivo de contribuir para os resultados da CSW 61. As principais prioridades de África incluem:

- Revogar as leis discriminatórias contra as mulheres;
- Reforçar a participação dos jovens na CSW como uma das plataformas para tornar as mulheres jovens e raparigas como líderes nos seus países e no mundo;
- Garantir o fim do tráfico de mulheres no continente;
- Melhoria dos direitos das mulheres no acesso e posse da terra;
- Enfrentar as persistentes desigualdades de género e lacunas entre mulheres e homens no local de trabalho;
- Prestar maior atenção às mulheres no sector informal;
- Ratificação da Convenção da OIT sobre Trabalhadores Domésticos;
- Reconhecimento, redução e redistribuição do peso desproporcional das mulheres e das raparigas nos cuidados não remunerados e no trabalho doméstico; e
- Introdução de medidas para combater a exclusão das mulheres do mundo do trabalho.

Os Ministros responsáveis pelos Assuntos do Género e Mulheres em África reúnem-se todos os anos antes da CSW para discutir os principais desafios e soluções para priorizar a aceleração da implementação da Plataforma de Acção de Beijing.

Na sequência da adopção da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, em 2015, a Comissão também contribui para o seguimento da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, a fim de acelerar a concretização da igualdade de género e o empoderamento das mulheres

Além disso, a Agenda 2063 da UA alinha o quadro global ao considerar o alcance da igualdade de género como uma pré-condição e um objectivo-chave da transformação estrutural do continente para o futuro que os povos africanos aspiram de "uma paz integrada, pacífica, centrada nas pessoas e representando Uma força dinâmica na arena global ".

A ex-Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, disse durante a reunião pré-consultiva que embora a Agenda 2063 seja específica de África, complementa os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Disse que o plano de desenvolvimento de 50 anos de África lida com as raízes e não apenas os sintomas das edições de África. Ela instou a ONU e outros a apoiar ambas as agendas. ❐

Protocolo revisto da SADC em sintonia com a dinâmica global

O PROTOCOLO revisto para o avanço da igualdade e equidade de género na África Austral, aprovado pela 36ª Cimeira da SADC em Agosto de 2016, foi alinhado às metas globais e às questões emergentes.

Por exemplo, o Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento captura temas emergentes como as mudanças climáticas e os casamentos de crianças. Os casamentos entre crianças são um dos factores que contribuem para o lento progresso na redução da mortalidade materna, mas a definição de uma criança por idade continua controversa.

A revisão procurou também alinhar o protocolo com as disposições de outros instrumentos, tais como os relativos à gestão sustentável do ambiente, e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC. ❐

Especialistas da SADC elaboram estratégias sobre o desenvolvimento energético regional

A ÁFRICA AUSTRAL e os seus parceiros no sector energético reúnem-se no Botswana no final de Março para discutir formas de melhorar uma abordagem coordenada para enfrentar a situação energética na região.

A região da SADC enfrenta uma escassez de energia que foi detetada pela primeira vez em 1999.

Esta situação forçou a maioria dos países da SADC a implementar políticas de gestão do lado da procura, tais como a redução de cargas que, de certa forma, conseguiram restringir a procura global de electricidade na região.

No entanto, a redução de cargas também teve um impacto negativo sobre as empresas, obrigando-as a diminuir a produção devido à falta de electricidade, afectando o desenvolvimento socioeconómico.

A reunião do Grupo Temático de Energia da SADC (ETG) prevista para Gaborone, Botswana, a 27 de Março, deverá discutir as iniciativas que estão sendo tomadas pela região para garantir que os fornecimentos de energia atendam à demanda.

O ETG da SADC é constituído por representantes do Secretariado da SADC, organizações subsidiárias da SADC, Parceiros Internacionais de Cooperação (ICPs) e Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC). O principal ICP para o sector energético da SADC é a Áustria.

A SARDC tem como missão sensibilizar as partes interessadas da África Austral sobre as principais questões energéticas da região.

De acordo com a proposta de agenda, o ETG debaterá algumas das principais actividades, programas e projectos actualmente em curso na SADC. Estas incluem a operacionalização do Centro de Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE), com sede em Windhoek, na Namíbia.

Espera-se que o SACREEE mude a "paisagem do desenvolvimento energético na SADC" aumentando a captação de energia alternativa e renovável na África Austral, permitindo à região enfrentar os seus desafios energéticos.

Outra questão-chave a ser discutida é o programa do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que inclui o fortalecimento da capacidade de produção e transmissão de energia na África Austral.

O SAPP planeia disponibilizar cerca de 24.000 megawatts de energia entre 2015 e 2019 se todos os projectos propostos entrarem em operação. Este desenvolvimento permitirá que a região finalmente possa satisfazer as suas necessidades de energia após vários anos de escassez.

O ETG também discutirá como os ICPs podem alinhar as suas actividades e programas com o novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e com a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC.

O alinhamento do apoio aos dois documentos de estratégia regional garantirá a boa execução das actividades e programas acordados, promovendo assim o desenvolvimento socioeconómico e uma integração mais profunda.

Os dois documentos regionais foram aprovados numa Cimeira Extraordinária da SADC realizada em Abril de 2015 em Harare, no Zimbábue.

A Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC visa acelerar o impulso crescente para o reforço das vantagens comparativas e competitivas das economias da região e assenta em três pilares: a industrialização, a competitividade e a integração regional. A estratégia abrange o período 2015-2063.

O RISDP revisto é um plano quinquenal que orienta a implementação de todos os programas da SADC de 2015 até 2020.

O plano tem quatro áreas prioritárias - Desenvolvimento Industrial e Integração de Mercado; Infra-estrutura de Apoio à Integração Regional; Cooperação para a Paz e Segurança como pré-requisito para a integração regional; Programas Especiais de Dimensão Regional.

A energia é uma área crítica tanto para o RISDP como para a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC. ❐

SARDC documenta investimento no sector energético da SADC

O SECTOR da energia é um importante na agenda de integração regional da África Austral. Por exemplo, o acesso a energia económica e confiável impulsiona a industrialização, permitindo que os países realizem o desenvolvimento socioeconómico.

Para documentar alguns dos principais investimentos, bem como fornecer modelos de financiamento alternativos, o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) está produzindo o Anuário de Investimento Energético da SADC.

O livro apresenta vários investimentos realizados no sector da energia na SADC, com vista a destacar os progressos realizados no sentido do cumprimento do objectivo declarado da região de assegurar "a disponibilidade de serviços energéticos suficientes, de baixo custo e ambientalmente sustentáveis".

Produzido em consulta com a Divisão de Energia no Secretariado da SADC, a publicação faz um balanço dos desenvolvimentos na região da SADC e destaca as principais actividades de investimento que têm sido realizadas a nível regional.

A primeira edição do anuário apresenta uma visão geral de toda a situação energética na região da SADC.

Abrange questões como os desafios enfrentados pelo sector energético, bem como os recursos energéticos disponíveis na região e alguns compromissos internacionais, continentais e regionais adoptados pelos Estados-Membros.

Em seguida, apresenta o quadro jurídico, político e institucional no sector energético da SADC e destaca os investimentos realizados no sector da energia na última década, incluindo os mecanismos de financiamento disponíveis e possíveis que podem beneficiar o sector energético na região da SADC. ❐

Avançando com a Agenda de Industri

ÁFRICA AUSTRAL deverá fazer uma afirmação ousada sobre como avançar com a agenda de integração quando aprovar um plano de acção orçamentado para sua Estratégia de Industrialização adoptada em 2015.

O plano de acção orçamentado para a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC deverá ser aprovado na próxima Cimeira Extraordinária da SADC, prevista para 18 de Março, em Ezulwini, Reino da Swazilândia.

O plano de acção visa estabelecer um esquema de implementação coerente e sinérgico que contenha opções estratégicas e políticas gerais para a consecução progressiva dos objectivos calendarizados estabelecidos na estratégia e no roteiro.

O plano de acção centra-se nos primeiros 15 anos do calendário da estratégia e visa criar um ambiente favorável à sustentação do desenvolvimento industrial como motor da transformação económica; E estabelecer uma aliança duradoura para a industrialização, constituída pelos sectores público e privado, bem como por parceiros estratégicos.

Foi desenvolvido como um plano inclusivo de longo prazo para modernização e transformação económica que deverá permitir um desenvolvimento económico substancial e sustentado para elevar o nível de vida.

A estratégia e o roteiro estão ancorados em três pilares estratégicos interdependentes: a industrialização, como a chave da transformação económica; Competitividade; e uma integração regional mais profunda.

As intervenções estratégicas para cada um destes pilares são propostas no plano de acção. Estes incluem um ambiente político melhorado para o desenvolvimento industrial, o aumento do volume e da eficiência dos investimentos dos sectores público e privado na economia da SADC, a criação de cadeias regionais de valor e a participação em processos globais relacionados, bem como o aumento do valor acrescentado para produtos agrícolas e não agrícolas e serviços.

A fim de melhorar o ambiente operacional, há planos para desenvolver e operacionalizar um Protocolo sobre a Indústria até 2020, que deverá conduzir ao desenvolvimento de políticas e estratégias de industrialização a nível nacional.

Os Estados-Membros que já dispõem de tais políticas e estratégias, estas devem ser revistas e alinhadas com a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC.

Os Estados-Membros serão obrigados a desenvolver programas nacionais de actualização e modernização industriais (IUMP) até 2018 e implementá-los até 2020.

Estas devem estar em sintonia com o IUMP da SADC, que serve de base para uma abordagem sectorial da industrialização na região, centrada na modernização das capacidades de produção existentes, na modernização das instalações produtivas, no reforço da infra-estrutura de apoio institucional e no reforço das capacidades regionais de investigação, desenvolvimento e inovação.

Há também uma meta para aumentar progressivamente a parte do investimento doméstico bruto ao produto interno bruto a 25 por cento em 2020 e a 30 por cento por 2025.

Para alcançar estas metas, existem planos para desenvolver uma Estrutura de Promoção de Investimentos da SADC, bem como um Programa de Acção Regional de Investimento da SADC para o acompanhamento.

Para incentivar a criação de cadeias regionais de valor e a participação em processos globais, a região identificou cinco áreas prioritárias nas quais as cadeias de valor podem ser estabelecidas e para as quais estratégias regionais devem ser desenvolvidas até 2020. Estas são nas áreas de agro-processamento, beneficiamento de minerais, bens de consumo, bens de capital e serviços.

Propõe-se um estudo detalhado da cadeia de valor para produtos ou serviços específicos nas áreas prioritárias. Como parte do processo de promoção da participação na cadeia de valor, há planos para desenvolver legislação e regulamentos modelo para o processamento agroindustrial intra-SADC, aproveitamento de minerais e outras actividades e serviços de manufatura.

A redução ou remoção de impedimentos estruturais para a industrialização é outra meta perseguida pela SADC. A este respeito, é necessário melhorar a capacidade de produção de energia e facilitar o aumento do desenvolvimento e utilização de fontes de energia renováveis, bem como assegurar um abastecimento adequado de água.

É igualmente necessário reduzir os atrasos nos portos e nos postos fronteiriços e encurtar a duração da circulação transfronteiriça de mercadorias na região da SADC. Tal implicará uma harmonização dos procedimentos de passagem de fronteiras na SADC até 2020.

O plano de acção propõe também um papel activo para as Pequenas e Médias Empresas (PME) na agenda de industrialização da SADC. As PME são uma variável importante nos planos de

alização

desenvolvimento da SADC, representando 90% de todas as empresas e representando mais de 50% do emprego.

As intervenções no âmbito do pilar "Competitividade" destinam-se a reforçar o ambiente macroeconómico e microeconómico na região.

As iniciativas propostas incluem o desenvolvimento de programas de investimento industrial para apoiar as PME até 2018; Treinamento para habilidades, desenvolvimento empresarial e de gestão; e centros de especialização para setores prioritários.

O pilar da integração regional visa alargar o espaço económico para o desenvolvimento e criar incentivos para a expansão da indústria, proporcionando assim oportunidades para economias de escala, aglomeração e ligações económicas.

As intervenções específicas no âmbito deste pilar incluem a plena implementação da Área de Comércio Livre da SADC para abranger todos os Estados-Membros; Uma tarifa externa comum até 2025; A supressão progressiva e a abolição das regras de origem até 2025; A liberalização dos controlos cambiais para permitir a livre circulação de capitais dentro da SADC até 2030; e a ratificação do Protocolo da SADC sobre o Comércio de Serviços para implementação até 2020. ❐

Barbara Lopi nova Chefe da Unidade de Relações Públicas da SADC

BARBARA LOPI, conhecida Especialista em Comunicação e Mídia da Zâmbia, é a nova Chefe de Relações Públicas do Secretariado da SADC.

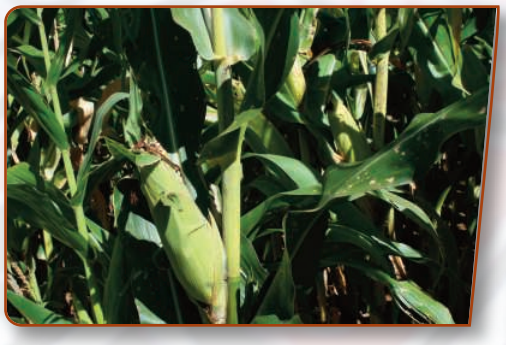
Lopi tem mais de 20 anos de experiência no campo das comunicações, mídia e advocacia depois de trabalhar como jornalista, pesquisadora e escritora. Antes da sua nomeação, Lopi trabalhava como Especialista em Comunicações e Sensibilização no Sector de Água do Secretariado da SADC.

Ela também trabalhou em várias posições sénior em várias organizações em outras partes da região, incluindo o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral, onde foi Diretora do Programa de Mulheres em Desenvolvimento na África Austral (WIDSAA), predecessora do Instituto do SARDC Para Além das Desigualdades do Género no sentido de acompanhar os progressos sobre a igualdade de género na região. ❐

Agenda de trabalhos da Cimeira Extraordinária da SADC

A PRÓXIMA Cimeira Extraordinária da SADC deverá traçar a agenda de desenvolvimento do continente, incluindo a revisão da estrutura organizacional do secretariado, bem como a situação de segurança alimentar na região.

A revisão da estrutura organizacional do secretariado com sede no Botswana tem por objectivo assegurar que responda adequadamente às questões novas e emergentes no projecto de desenvolvimento revisto da região.



Uma Cimeira Extraordinária da SADC, realizada em Harare, Zimbabwe, em Abril de 2015, aprovou uma recomendação do Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica, segundo a qual deveria ser desenvolvido um quadro institucional apropriado para apoiar a implementação da Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC alinhada com o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento (RISDP) "dentro de uma estrutura organizacional abrangente e consolidada".

Outra questão-chave para a Cimeira é a revisão da situação de segurança alimentar na região, que tem sido ameaçada por condições climatéricas e climáticas adversas, incluindo cheias em algumas partes da região e secas em outras.

A cimeira também deverá deliberar sobre a situação política em algumas partes da região, particularmente na República Democrática do Congo e no Lesotho, bem como a recente onda de ataques de xenofobia contra cidadãos da SADC na África do Sul. ❐

A SADC caminha para um Regime Simplificado de Comércio

por Joseph Ngwawi

ESTUDOS E experiências de outras partes do mundo mostram que a simplificação e reformas dos requisitos de documentação, bem como das formalidades de importação e exportação, reduzem significativamente os custos de transação associados ao comércio.

Tais medidas são particularmente importantes para os pequenos comerciantes transfronteiriços que muitas vezes não dispõem de recursos financeiros suficientes ou de capacidade humana para lidar com exigências administrativas complexas.

Além disso, no caso de remessas pequenas ou de baixo valor frequentemente canalizadas por esses operadores, os custos do cumprimento das exigências e formalidades complexas podem ser desproporcionados relativamente ao valor transacional.

É neste contexto que os Ministros da SADC responsáveis pelo Comércio mandataram o Secretariado da SADC para desenvolver um Regime Simplificado de Comércio (STR) para o comércio intra-SADC de acordo com o Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Convenção de Quioto para a Simplificação e Harmonização Procedimentos aduaneiros.

O Artigo VIII do Acordo do GATT da Organização Mundial do Comércio e as disposições da Convenção de Kyoto revista para a Simplificação e Harmonização dos Procedimentos Aduaneiros sugerem o desenvolvimento e a implementação de procedimentos de comércio simplificados para os pequenos comerciantes elegíveis para superar esses desafios

O Secretariado iniciou o processo de contratação de consultores em Janeiro, que deverão desenvolver o STR.

A proposta preliminar a ser desenvolvida pelos consultores será informada por uma melhor prática e análise de cenários.

Além disso, a proposta deve ser acompanhada de um documento de estudo de base que forneça informações sobre o impacto potencial de um STR da SADC em termos de benefícios ao volume comercial, ao número de comerciantes e ao tipo de comerciantes, como sua posição socioeconômica e seu género.

Ele será então considerado pelas estruturas da SADC para aprovação final pelos ministros no final deste ano.

De acordo com os termos de referência para o exercício, os consultores deverão realizar uma série de actividades como parte do processo de desenvolvimento do STR da SADC.

Estas incluem a realização de um estudo teórico para examinar as melhores práticas e os desafios dos STRs existentes, em particular o implementado pelo Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

O estudo também analisará os dados disponíveis sobre os volumes de comércio formal e informal de pequena escala na região da SADC e o tipo de comerciantes susceptíveis de serem afectados pela introdução do STR.

Espera-se que os consultores realizem visitas de estudo aos principais postos fronteiriços do Malawi, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe para avaliar as necessidades das partes interessadas e as suas preferências em relação a um STR da SADC.

A avaliação incluirá a recolha de dados sobre:

- Os bens e produtos mais negociados,
- Volume de comércio afectado,
- Valores comerciais afectados,
- Frequência comercial apropriada para o regime com base nos outros dados gerados, e
- O perfil dos comerciantes afectados.

Em colaboração com o Secretariado da SADC, os consultores conduzirão uma avaliação legal sobre se a adopção e implementação de um STR da SADC exigirá uma emenda ao Protocolo Comercial da SADC e, em caso afirmativo, fornecer um texto legal baseado em acordos internacionais e outros acordos regionais relevantes .

Com base no estudo documental e nas visitas de estudo e avaliações conexas e à luz dos resultados da avaliação jurídica, os consultores deverão desenvolver uma proposta de negociação para um STR da SADC, incluindo diferentes cenários.

Incluirão inúmeras opções para os limiares (valor / volume de comércio elegível ao abrigo do STR), frequência (prazo em que o valor é avaliado), listas de produtos e requisitos de documentação.

A proposta dos consultores deverá também fornecer um roteiro para a implementação nacional, incluindo orientações para os Estados Membros sobre os arranjos legislativos e as estruturas físicas e institucionais que deverão ser estabelecidas para implementar o STR. ❐

Negociações da ACCL em curso

NEGOCIAÇÕES PARA o lançamento da Área Continental de Comércio Livre estão progredindo bem no meio de um optimismo de que o sonho de um mercado continental unificado poderá se tornar uma realidade na meta do final de 2017.

A 5ª reunião do Fórum de Negociação da ACCL foi realizada de 27 de Fevereiro a 4 de Março para finalizar o projecto de modalidades para negociações sobre tarifas e serviços.

Quando estiver operacional, a ACCL reunirá todos os países africanos, criando uma população combinada de mais de um bilhão de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 triliões de dólares norte-americanos.

Falando na reunião, a Comissária da AUC para o Comércio e Indústria, Fátima Haram Acyl disse que a ACCL apresenta ganhos significativos de bem-estar, produção e expansão do emprego e crescimento do comércio intra-africano a longo prazo.

"Estou muito confiante de que o fim de 2017 conduzirá a África a uma nova era onde as nossas fronteiras tradicionais se tornarão menos importantes como resultado do estabelecimento da Área Continental de Comércio Livre ", disse ela. ❐

África aspira a uma integração mais profunda

A 28ª Assembleia da União Africana realizou-se no final de Janeiro em Addis Abeba, na Etiópia, para traçar a agenda de desenvolvimento para o continente. Abaixo estão algumas das questões discutidas e acordadas na cimeira.

Nova liderança na Comissão da UA

A CIMEIRA nomeou uma nova equipa de liderança para a Comissão da UA para orientar uma integração mais profunda em África.

A Comissão da UA, com sede em Addis Abeba, na Etiópia, é responsável pela execução e entrega da agenda da UA visando avançar uma maior integração continental para uma África mais próspera.

O ex-Primeiro-Ministro do Chade, o Dr. Moussa Faki Mahamat, foi eleito Presidente da Comissão da UA após várias votações, substituindo a Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, da África do Sul que não concorreu para a sua reeleição após ter cumprido com êxito o seu primeiro mandato.

No seu discurso de aceitação, o Dr. Mahamat prometeu levar adiante o trabalho árduo dos seus antecessores, acrescentando que ele está "totalmente dedicado e empenhado em servir" a UA.

O diplomata do Ghana Thomas Kwesi Quartey foi eleito vice-presidente da comissão. A Cimeira elegeu seis novos comissários responsáveis pela paz e segurança; assuntos políticos; Comércio e indústria; Infra-estruturas e energia; Assuntos sociais; Economia rural e agricultura *(ver caixa)*. ❐

Nova liderança da Comissão da UA

Presidente	Faki Moussa Mahamat (Chade)
Vice-Presidente	Thomas Kwesi Quartey (Ghana)
Comissário - Paz e Segurança	Smail Chergui (Argélia)
Comissária - Assuntos Políticos	Minata Cessouma Samate (Burkina Faso)
Comissário - Infra-estruturas e Energia	Amani Abou-Zeid (Egipto)
Comissária - Assuntos Sociais,	Amira Mohammed Elfadil (Sudão)
Comissário - Comércio e Indústria	Albert M. Muchanga (Zâmbia)
Comissária - Economia Rural e Agricultura	Correa Leonel Josefa Sacko (Angola)
Comissário para os Assuntos Económicos	Indecidido. O titular, Anthony Mothae Maruping (que é elegível para a reeleição) continuará a servir como interino.
Comissário responsável pelos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia	Indecidido. O titular, Martial De-Paul Ikounga (Congo), continuará a servir como interino. Ele é elegível para uma nova nomeação.

Posição comum sobre o TPI

OS LÍDERES africanos adoptaram a estratégia de retirada do Tribunal Penal Internacional, uma posição comum que exorta os Estados-Membros a retirarem-se do tribunal se as principais reformas não forem implementadas para tornar o tribunal mais relevante para as necessidades do continente.

A África expressou preocupação com a forma como o TPI trabalha em relação aos países africanos. A maioria dos casos investigados pelo TPI desde a sua criação em 2002 estão em África.

Algumas das investigações do TPI ocorreram na República Centro-Africana, na Costa do Marfim, na República Democrática do Congo, no Quénia, na Líbia, no Mali, no Sudão e no Uganda.

Isto conduziu às críticas contra o TPI que precisa de rever os seus padrões de actuação pois no meio de alegações de que o tribunal fecha os olhos aos crimes de guerra e de genocídio cometidos pelos países do norte. ❐

Silenciar as armas até 2020

A UNIÃO Africana está determinada a promover a paz e a estabilidade no continente para garantir o desenvolvimento socioeconómico. Como parte dos esforços para conseguir isso, os líderes africanos adoptaram um roteiro de passos práticos para silenciar as armas em África até o ano 2020.

O roteiro servirá de orientação para que todos os Estados membros se concentrem na prevenção de conflitos, aviso prévio e resposta antecipada, a fim de evitar a ocorrência futura de conflitos armados no continente.

Algumas partes do continente ainda experimentam instabilidade e conflitos violentos, muitas vezes financiados a partir de fora do continente, o que afetou a taxa e os níveis de desenvolvimento.

Para garantir que os recursos humanos e financeiros sejam dedicados ao desenvolvimento socioeconômico, os países africanos concordaram em trabalhar juntos no "silenciamento das armas" até 2020.

Rumo a independência financeira

UMA QUESTÃO chave discutida na Cimeira da UA foi a necessidade de África financiar a sua própria agenda de desenvolvimento e não depender demais do apoio estrangeiro.

Estimativas indicam que mais de 70 por cento do orçamento da UA vem de parceiros internacionais, nomeadamente os Estados Unidos e a União Europeia. Esta situação levou os parceiros a ditarem políticas à UA, que às vezes não são benéficas para o aprofundamento da integração continental em África.

Portanto, os líderes africanos concordaram em implementar medidas destinadas a garantir que a UA seja auto-suficiente. Estas medidas incluem a cobrança de impostos sobre bilhetes de avião, hotéis e mensagens de texto como fontes alternativas de financiamento para a UA.

Espera-se que estas medidas aumentem cerca de 600 milhões de dólares por ano e, ao longo de cinco anos, a UA espera poder pagar a maior parte dos seus custos utilizando os seus próprios fundos.

Foi nomeado um Comité de Dez Ministros das Finanças para assumir a responsabilidade pela supervisão do orçamento da UA e do Fundo de Reserva e desenvolver um conjunto de "regras de ouro", estabelecendo princípios claros de gestão financeira e de responsabilização.

Foi acordado igualmente que a actual escala de contribuições dos Estados-Membros deveria ser revista com base na capacidade de pagamento, na solidariedade e na repartição equitativa dos encargos, a fim de evitar a concentração dos riscos. ❐

Marrocos retorna a UA

A CIMEIRA congratulou-se com a readmissão de Marrocos na UA, uma vez que proporciona uma oportunidade para reunir a comunidade dos Estados africanos em torno dos valores fundamentais pan-africanos de solidariedade, unidade, liberdade e igualdade, de acordo com os Princípios e Objectivos da Acta Constitutiva.

Marrocos retirou-se da então Organização da Unidade Africana - precursora da UA - há 32 anos, em protesto pelo apoio do organismo continental à Frente Polisário e pelo seu reconhecimento a República Democrática Árabe Saharaui como um Estado independente.

A admissão de Marrocos ele para 55 o números de Estados membros da UA. ❐

Rumo à paz e à estabilidade no Lesotho

A SADC continua apreendida com a situação política no Reino de Lesotho e está empenhada no processo de assegurar um retorno à estabilidade no país.

Em Fevereiro, a região supervisionou o retorno dos líderes exilados da oposição de volta ao país como parte dos seus esforços de mediação para restaurar a estabilidade no Lesotho, que há muito tem sido arruinado por conflitos entre opositores políticos.

Os líderes exilados que voltaram ao país são o ex-Primeiro-Ministro, Thomas Thabane, da Convenção de Todos os Basotho (ABC) e Thesele Maseribane, líder do Partido Nacional dos Basotho, bem como Keketso Rantso, do Congresso Reformado do Lesotho.

O regresso destes líderes da oposição está em consonância com as decisões da SADC, que apelam ao Governo do Lesotho para que facilite o seu regresso e lhes permita participar activamente nos processos de reforma.

O facilitador da SADC para o Lesotho, Cyril Ramaphosa, que é o vice-presidente sul-africano, exortou os líderes que retornaram a trabalhar juntos para garantir que o país resolva os seus desafios, acrescentando que era fundamental para todos os interessados no Lesotho aceitar este desenvolvimento como um processo e acordo da SADC para garantir o seu necessário êxito.

Na tentativa de continuar a aproveitar a situação de relativa estabilidade no Lesotho, a SADC mobilizou uma Comissão de Supervisão para apoiar o país na consolidação da paz e da segurança.

O comité foi criado pela Cimeira da SADC para servir como um mecanismo de aviso prévio e prestar assistência para a implementação das reformas constitucionais, de segurança e do sector público.

Liderado pelo juiz aposentado Frederick Werema, da República Unida da Tanzânia, o Comité de Supervisão foi desdobrado em Novembro de 2016.

A Tanzânia é a actual presidente do Órgão da SADC de CooperaçãoPolítica, Defesa e Segurança. O Órgão é responsável pela promoção da paz e da segurança na região da SADC e tem o mandato de dirigir e fornecer aos Estados-Membros orientações sobre assuntos que ameaçam a paz, a segurança a estabilidade na região.

No entanto, um novo e preocupante desenvolvimento foi o voto de não confiança aprovado pelo Parlamento Lesotho sobre o Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili no final de Fevereiro.

De acordo com a Constituição do Lesotho, o voto de não confiança significa que o primeiro-ministro deve renunciar ou aconselhar o Rei a convocar eleições.

Mosisili, líder do Congresso Democrata, liderou o governo de coligação desde a derrota do ex-Primeiro-Ministro, Thabane, nas eleições de 2015.

O voto de "não confiança" em Mosisili vem quase dois anos depois do seu Congresso Democrata ter derrubado o ABC unindo-se com pequenos partidos da oposição.

Agora é o ABC que lidera uma coligação de partidos da oposição, incluindo a Aliança de Democratas - um grupo que se separou do Congresso Democrático no ano passado - num esforço para remover Mosisili. ❐

SADC realiza revisão pós-eleitoral do Lesotho

PARA CONTRIBUIR para o êxito das futuras eleições no Reino do Lesotho, a SADC realizou uma revisão pós-eleitoral das eleições para a Assembleia Nacional que se realizaram no país em 2015.

A revisão foi realizada de 6-10 de Fevereiro pelo Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC).

O SEAC organizou um fórum de diálogo com as partes interessadas sobre as recomendações da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) para as eleições de 2015 no Lesotho.

O relatório da SEOM recomendou uma revisão da Constituição do Lesotho, bem como reformas legislativas e institucionais, em particular reformas do sector da segurança com apoio da SADC.

Também pediu uma revisão das leis relativas ao acesso ao parlamento, bem como uma revisão da política e do quadro legal para os governos de coligação; e a profissionalização dos meios de comunicação.

O SEAC, que serve como órgão consultivo da SADC para as eleições, democracia e boa governação, é mandatado de acordo com os Princípios e Diretrizes da SADC que orientam as Eleições Democráticas com revisões pós-eleitorais nos Estados Membros. ❐

Seychelles aprova alteração constitucional

O GOVERNO das Seychelles aprovou uma proposta de emenda à Constituição que exigiria novas eleições se o Presidente da ilha morrer, renunciar ou for destituído.

A Casa do Estado disse em uma declaração que uma reunião extraordinária do Governo, presidida pelo Presidente Danny Faure, concordou em Fevereiro com a emenda, que afirma que no caso de o cargo de presidente ficar prematuramente vago, o vice-presidente assumirá a presidência até que uma eleição seja realizada. A eleição deve ser realizada dentro de 90 dias.

O artigo 51 da Constituição das Seychelles diz que o vice-presidente da nação insular assume o poder em caso de morte, renúncia ou destituição do presidente.

No entanto, a Constituição nunca disse que novas eleições devem ser realizadas, um ponto que foi desafiado em várias ocasiões pelos partidos da oposição, pois permitiu que dois ex-presidentes entregassem o poder a um sucessor sem eleição. ❐

Rumo a Univisa Regional

por Kizito Sikuka

IMAGINE SE todos os turistas para a África Austral forem encorajados a visitar mais de um país da região.

A SADC seria um dos destinos mais preferidos do mundo, permitindo que os países realizassem melhores resultados de suas actividades turísticas, como as Cataratas Vitória, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, as pinturas rupestres de San no Botswana e a população de fauna silvestre absorvente da região.

Este empreendimento turístico transfronteiriço vai criar uma variedade inteiramente nova de oportunidades de turismo na África Austral e apresentar novas oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico, bem como aprofundar uma integração entre os Estados membros que irão comercializar as suas atrações em conjunto.

Uma das estratégias para o desenvolvimento de um sistema de desenvolvimento da indústria do turismo na África Austral é criar um sistema único de vistos para os serviços na região.

Um sistema único de vistos não é apenas para turistas e para todos os países que visitam o país, mas também para incentivar os turistas a visitar mais de um país na SADC.

Actualmente, os visitantes na SADC são solicitados requerer vistos de entrada a cada vez que pretendem visitar outro país da região, uma situação que tem uma maior parte dos serviços de atenção e uma barreira de movimento dentro da região.

A este respeito, um único sistema de vistos para os Estados Unidos SADC faz sentido económico, economiza tempo, dinheiro, problemas burocráticos e torna uma viagem mais fácil.

A Zâmbia e o Zimbabwe estão implementando um sistema semelhante de vistos para incentivar os turistas a mover-se sem problemas entre os dois países.

O sistema de vistos vulgarmente conhecido como Univisa Kavango-Zambezi (KAZA) é o primeiro passo para a adopção de um Univisa na região da SADC.

O Univisa KAZA foi inicialmente lançado em Novembro de 2014. No entanto, devido a vários desafios do sistema foi suspenso temporariamente em Dezembro de 2015, e mais tarde retomado em Dezembro de 2016.

Clemence Masango disse que um Univisa da SADC é fundamental na promoção do turismo na região, acrescentando que era hora de outros países da SADC se juntarem ao Univisa KAZA.

"Os países das Zonas de Conservação Transfronteiriças da KAZA estão agora a assumir uma plena propriedade e responsabilidade sobre este programa da Univisa KAZA se quiser ser um sucesso e uma característica permanente na facilitação do turismo e comercialização dos nossos produtos e destino", disse ele.

A implementação do KAZA foi desenvolvida para ser lançada em quatro fases diferentes.

A fase-piloto envolve a Zâmbia e o Zimbabwe, que é o ponto de partida da África do Sul, Angola, Botswana e Namíbia, que compõem os cinco membros da Área de Conservação Transfronteiriça KAZA (TFCA).

Posteriormente, Moçambique, África do Sul e Swazilândia estão programados para aderir ao sistema Univisa KAZA.

Uma quarta e última fase deve permitir que todos os restantes países da SADC - República Democrática do Congo, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Seychelles e República Unida da Tanzânia - adiram ao sistema de vistos.

O Chefe do Executivo da Autoridade de Turismo do Zimbabwe, Karikoga Kaseke, disse que o estabelecimento definitivo de um Univisa na SADC será uma "resposta final para o acesso multidestino" na região.

Ele disse que a medida também vai facilitar o acesso, impulsionando as chegadas e o turismo.

"As pessoas planeiam as suas férias para se deslocarem de um país para outro ou para outros países", disse, frisando que isto vai permitir que os turistas evitem vários processos desnecessários ou complicados, incluindo pedidos de vistos caros.

"Se os viajantes obtêm visto em um país que lhes dê acesso a outros países, isto será muito apreciado... Como tal, em diante seria prudente para nós na região considerar seriamente uma promoção de Acesso Multidestino através do estabelecimento do visto de turismo. "

Espera-se que o sistema Univisa da SADCA seja semelhante ao visto Schengen que permite uma livre circulação de viajantes em toda União Europeia.

Quando totalmente implementado um único visto para a SADC tem a capacidade de melhorar consideravelmente a viagem e o fluxo de visitantes para e dentro da região.

África Austral tem algumas das melhores atrações do mundo que vão desde o Monte Kilimanjaro na Tanzânia até o Grande Zimbabwe.

De acordo com um recente Barômetro Africano de Viagens e Turismo da Organização Regional de Turismo da África Austral (RETOSA), as chegadas de turistas na África Austral continuam a aumentar. Em 2013, por exemplo, as chegadas aumentaram de cerca de 23 milhões para mais de 24 milhões em 2014. *sardc.net* ❐

NEPAD aprova financiamento para interligação RDC, Moçambique e Zâmbia

A FACILIDADE de Preparação de Projectos de Infra-estrutura da NEPAD aprovou um investimento de 3,88 milhões de dólares norte-americanos para os Governos da RDC, Moçambique e Zâmbia financiarem a conclusão dos preparativos para os projectos energéticos regionais.

O Projecto de Interligação Kolwezi-Solwezi, que liga Kolwezi na RDC e Solwezi na Zâmbia, recebeu 1,98 milhão de dólares norte-americanos, enquanto o Projecto da Interligação Zâmbia-Moçambique recebeu 1,9 milhão de dólares norte-americanos.

Os financiamentos da IPPF da NEPAD ajudarão a financiar estudos completos de viabilidade, incluindo o projecto detalhado e os documentos de licitação das linhas de transmissão propostas dentro de dois anos. Os projectos já atraíram juros de financiamento a jusante de doadores na região e outras instituições financeiras.

As dias interligações estão entre os principais corredores de electricidade da arquitetura do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) dentro da rede regional e visam assegurar a prestação de qualidade, fiabilidade e segurança a centros regionais e comerciais nos três países.

A longo prazo, constituem os blocos de construção para ligar a rede eléctrica norte-sul e leste-oeste da SADC.

Ambas as interligações aumentarão a capacidade de transmissão dentro do SAPP, bem como aumentarão a segurança energética para os respectivos países.

Além de reforçar e construir a resiliência na rede actual, as interligações ajudarão a aumentar significativamente os fluxos comerciais, aprofundar os mercados de comércio de energia na região e em África como um todo. *BAD* ❐

Lesotho acolhe Comité Executivo do SAPP

A COMPANHIA de Electricidade do Lesotho (LEC), em colaboração com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), vai acolher os executivos de 12 empresas membros do SAPP na sua 42ª reunião do Comité Executivo do SAPP, a decorrer no Centro Nacional de Convenções do Lesotho entre 22 e 23 de Março.

Os executivos regionais, que obtêm seu mandato dos Ministros da Energia da SADC, terão como objectivo explorar formas de alcançar uma rede eléctrica interconectada robusta e com boa relação custo-benefício, produção de electricidade, eficiência energética e adaptação ao ambiente limpo na região.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral foi criado com o objectivo principal de fornecer energia confiável e económica aos consumidores de cada um dos membros do SAPP, consistente com a utilização razoável dos recursos naturais e o efeito sobre o meio ambiente. *www.lec.co.ls* ❐

Seychelles emite "laço azul" para pesca sustentável

O GOVERNO das Seychelles planeia emitir um "Laço Azul" avaliado em 15 milhões de dólares norte-americanos ao longo de 10 anos com garantias do Banco Mundial e da Facilidade Ambiental Global para apoiar a transição para a pesca sustentável.

O Projeto Laço Azul das Seychelles foi premiado com o Desafio de Inovação Oceânica 2017.

Maximizar todo o potencial do território oceânico das Seychelles é fundamental para a sua agenda de economia azul. Com o turismo e a pesca sendo os principais sectores económicos, o grande oceano das Seychelles fornece a maior parte dos empregos da nação insular.

As iniciativas da economia azul concentram-se na diversificação económica, na segurança alimentar e na protecção e utilização sustentável dos recursos marinhos.

As obrigações são instrumentos financeiros para aumentar o capital público e privado para actividades específicas que podem gerar um retorno sobre o investimento. Os títulos azuis muitas vezes financiam o desenvolvimento de pescarias sustentáveis. Seychelles News Agency ❐

Maurícias constroem nova estrada de acesso ao aeroporto

AS MAURÍCIAS estão a construir uma nova estrada de acesso ao Aeroporto Internacional Sir Seewoosagur Ramgoolam, perto da capital, Port Louis, na esteira dos altos volumes de tráfego previstos à medida que a cidade se expande.

O Ministro de Transportes e Infra-estruturas Públicas, Nandcoomar Bodha, disse que o projecto rodoviário, avaliado em cerca de Rs602 milhões (cerca de 17 milhões de dólares), foi iniciado na sequência dos volumes de tráfego previstos que deverão resultar do próximo desenvolvimento previsto na área do aeroporto, A futura Carga Aérea e Zona Franca.

O ministro destacou que com a próxima cidade inteligente na região e outros projectos, havia necessidade de ter um acesso dedicado para acomodar esses desenvolvimentos.

A estrada, que oferecerá uma via de contorno para reduzir o congestionamento de trânsito e melhorar a segurança rodoviária nas áreas residenciais de Plaine Magnien, também servirá como uma rota alternativa para o aeroporto em caso de emergência, disse ele. ❐

Moçambique descobre reservas de petróleo

MOÇAMBIQUE DESCOBRIU as suas primeiras reservas de petróleo na costa sul do país.

A descoberta foi feita pela SASOL, uma empresa petroquímica sul-africana com vastas operações em Moçambique.

"Esses serão os primeiros poços de petróleo em Moçambique que contribuirão para o pleno desenvolvimento do país", disse o PCA da SASOL, Stephen Cornell.

Conforme exigido pela lei moçambicana, a SASOL emitiu um "aviso de descoberta" das descobertas de petróleo ao governo. *AIM*

Tanzânia proíbe exportações de minério

O MINISTÉRIO da Energia e Recursos Minerais da República Unida da Tanzânia emitiu uma directiva proibindo a exportação de concentrados de ouro, cobre, níquel e prata para assegurar que as actividades de valor acrescentado de mineral sejam realizadas no país. Esta acção entrará em vigor a partir de 2 de Março de 2017.

O Ministério disse que isso está enfatizado na Política Mineral de 2009 e na Lei de Mineração de 2010.

"O valor acrescento de das actividades minerais irão fornecer oportunidades de emprego, receitas e transferência de tecnologia", disse o Ministério, "daí que teremos mais benefícios para a nação".

"Todas as empresas e indivíduos que estavam exportando concentrados e minérios para países estrangeiros para o seu benefício, incluindo processamento, fundição ou refinação, imediatamente pararão e começarão a fazer tais actividades dentro do país".

O Ministério disse que o Governo da Tanzânia fornecerá qualquer apoio necessário às partes interessadas envolvidas em actividades de beneficiamento mineral no país, particularmente a fundição e refinação de minerais. *www.mining-weekly.com* ❐

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 19 No 2 Fevereiro 2017

AFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaberone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba.

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Egline Tauya, Admire Ndhlovu, Phyllis Johnson, Danai Majaha, Anesu Ngadya , Tariro Sasa, Nyarai Kampilipili, Tanaka Chitsa, Dean Mutata

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2016

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

PHOTOS AND ILLUSTRATIONS
P1 cdn.ontheweight.com, s3euwest1.com, ibrahimmayaki.com; P2 artisan training.co.za, trainingcdi.com; P4 pioneer.com, cdn.gdn.ng, agrifarming.in, africancrops.com; P5 cloundfront.net; P6 newstimeafrica.com, sahrareporters.com, swaziland.unfpa; P7 droogfonteinsolar.co.za, newsroompanama.com, economictimes.com P8 bocwelding.co, 123rf.com, sundaynews.co.zw, P9 swazilandarchitect.com, stlucianewsinline, answersafrica.com, SARDC; P10 businesslinktz.com, newsday.co.zw, wordpress.com; P11 capafricaplatform.org, i2.wp.com, Wikimedia.org; P12 allafrica.com, lesotho.travel.com , travelassets.com, sundayexpress.co; P13 wallpaperbuzz.com, mit.edu, africanrockart.org; P16 mwanachi.com, mckinsey.com, aljazeera.co, wikimedia.com

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sardc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

www.sardc.net
Knowledge for Development
sardc.net @sardc.net

e

Fevereiro

20-22, África do Sul

Festival de Energia Indaba 2017
O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilharem ideias e soluções para os desafios energéticos de África, explorando também as vastas oportunidades de desenvolvimento energético que se oferecem no continente.

20-24, Zimbabwe

48ª Reunião do SAPP
Chefes de empresas de energia e especialistas em energia da África Austral vão se reunir em Bulawayo, no Zimbabwe, para avaliar a situação da eletricidade na região. As reuniões considerarão as medidas que estão a ser tomadas pelos Estados-Membros para fazer face à escassez de energia na região..

23-24,Namíbia

Conferência da SOLTRAIN
A conferência discutirá o progresso da Iniciativa de Formação e Demonstração de Energia Térmica e Solar da África Austral (SOLTRAIN), uma iniciativa regional sobre capacitação e demonstração de aquecedores solares de água na região da SADC.

23-24, Moçambique

Conselho de Ministros da ZAMCOM
O Conselho de Ministros, centrado nas actividades da Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze (ZAMCOM), cujo Secretariado está sediado no Zimbabwe, fornecerá orientações políticas para promover a gestão e o desenvolvimento cooperativo da Bacia do Rio Zambeze; Aprovar planos de trabalho e orçamentos anuais; E considerar as recomendações do Comité Técnico da ZAMCOM.

March

12-14 Swazilândia

Retiro Ministerial da Swazilândia sobre o que Queremos na SADC
O Retiro Ministerial da SADC, com o tema "A SADC que Queremos", fará um balanço do que a SADC conseguiu desde 1980, bem como os desafios e determinar o que precisa de ser feito para garantir o sucesso. O Retiro examinará questões-chave que são cruciais para alcançar a Agenda Comum da SADC e produzirá um relatório para apresentação ao Conselho de Ministros da SADC e à Cimeira Extraordinária.

15-16, Swazilândia

Conselho de Ministros da SADC
O Conselho de Ministros da SADC é responsável por supervisionar e monitorar as funções e desenvolvimento da SADC e assegurar que as políticas sejam adequadamente implementadas para promover a integração regional.

18, Swazilândia

Cimeira Extraordinária da SADC
Os Chefes de Estado e de Governo da SADC vão reunir para debater sobre uma série de questões, incluindo o cálculo dos custos do plano de acção para a industrialização da SADC. As recomendações do Retiro Ministerial e do Conselho de Ministros serão consideradas durante a Cimeira Extraordinária.

13-24, UN Nova Iorque

61a Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher
A reunião anual da CSW dedica-se à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres, assumindo um papel de liderança na monitoria e revisão dos avanços na implementação do Plano de Acção para a Igualdade entre Homens e Mulheres, a Declaração e Plataforma de Acção de Beijing.

29, Botswana

Grupo Temático de Energia da SADC
O ETG da SADC é uma reunião de coordenação de parceiros de cooperação, peritos, SADC e suas organizações subsidiárias para discutir formas de ajudar a região a enfrentar os desafios energéticos.

22-23, Lesotho

Conferência Consultiva da África Austral sobre a Estratégia de Integração e Cooperação para o Desenvolvimento da SADC pós-2020
A conferência consultiva servirá como contributo para a formulação de uma estratégia de cooperação e integração para o desenvolvimento da SADC pós-2020. Os objectivos são avaliar a implementação do RISDP e SIPO, analisar questões de cooperação e integração regional; Identificar prioridades e propor um quadro pós-2020.

Abril

30-31, África do Sul

Grupo de Referência para a Estratégia da Água
A 34ª reunião do WSRG irá analisar a implementação do Plano de Acção Estratégico Regional IV (2016-2020) e dar conselhos e orientações estratégicas sobre a implementação e financiamento. A reunião discutirá a integração da perspectiva de género na gestão de águas transfronteiriças, bem como a 7ª Reunião da Organização das Bacias Hidrográficas, prevista para Maio de 2017; e receber contribuições sobre a revisão institucional da SADC e outras actividades relevantes para o Setor de Água.

20 ANOS

4 Fevereiro de 1997

Nova Constituição da África do Sul entra em vigor

A NOVA Constituição da República da África do Sul entrou em vigor a 4 de Fevereiro de 1997, tornando este mês um período especial para o país e para o resto da África Austral.

A Constituição, considerada uma das mais progressistas do mundo, foi aprovada pelo Tribunal Constitucional a 4 de Dezembro de 1996 e assinada pelo Presidente Nelson Mandela em Sharpeville, Gauteng, a 10 de Dezembro de 1996.

Entre as leis contidas na Constituição está a Declaração de Direitos, que é a pedra angular da democracia na África do Sul. Consagra os direitos de todas as pessoas na África do Sul e afirma os valores democráticos da dignidade humana, igualdade e liberdade.

A Constituição marcou o fim do apartheid institucionalizado na África do Sul e abriu o caminho para a realização das primeiras eleições democráticas no país.

Três anos de negociações levaram a acordo sobre uma Constituição provisória entre o governo minoritário sul-africano, liderado pelo Partido Nacional, seu principal adversário, o Congresso Nacional Africano (ANC) e 18 outros partidos a 18 de Novembro de 1993.

A Constituição provisória foi aprovada pelo último Parlamento racialmente definido da África do Sul a 22 de dezembro de 1993, mas entrou em vigor a 27 de abril de 1994. Foi substituída pela Constituição final, a 4 de Fevereiro de 1997, como Constituição da República da África do Sul.

A Declaração de Harare do Comité Ad Hoc sobre a África Austral da então Organização da Unidade Africana (OUA) em Agosto de 1989 pôs em movimento a transição democrática da África do Sul.

Entre outras coisas, a declaração exigia direitos iguais à dignidade humana e ao respeito na África do Sul, independentemente da raça, cor, sexo ou credo.

Exigia a formação de um sistema político que proporcionasse a todos os homens e mulheres o direito e o dever de participar no seu próprio governo como membros iguais da sociedade.

As negociações formais para uma Constituição Transitória da África do Sul começaram em Dezembro de 1991 na Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA).

As negociações fracassaram várias vezes à medida que as partes discutiam várias questões, incluindo o processo pelo qual essa Constituição seria elaborada e adoptada.

O ANC insistiu em que deveria ser elaborado por uma Assembleia Constituinte eleita democraticamente, enquanto o Partido Nacional, que governava, temia que os direitos das minorias não fossem protegidos nesse processo e propôs que a Constituição fosse negociada por consenso entre as partes e depois submetida a um referendo.

As partes chegaram a acordo sobre um processo pelo qual uma Constituição transitória negociada previa uma Assembleia Constituinte eleita para elaborar uma Constituição permanente.

Outro grande ponto de disputa foi o tamanho da maioria que seria necessária para que a assembleia adoptasse a Constituição, com o Partido Nacional insistindo em uma exigência de 75 por cento que efetivamente teria lhe dado um veto.

Com o endosso da nova Constituição, os líderes da África do Sul renunciaram ao passado racista e abraçaram uma Carta de Direitos prometendo aos sul-africanos liberdade de expressão, movimento e actividade política e outras liberdades que no passado eram reservadas principalmente aos brancos ❐

Dr Asha-Rose Migiro

Phumzile Mlambo-Ngcuka

Dr Gertrude Mongella

Dr N Dlamini-Zuma

Mulheres da África Austral no Mundo

ÁFRICA AUSTRAL unirá ao resto do continente e do mundo para celebrar o Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de Março. As Nações Unidas reservaram 8 de Março como dia global para celebrar as realizações sociais, económicas, culturais e políticas das mulheres. O dia também marca um apelo à acção para acelerar a paridade de género.

Muitas mulheres da região da SADC desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da África e do mundo. Estas incluem a Dra. Gertrude Mongella, da República Unida da Tanzânia, que foi Presidente da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, e mais tarde a primeira Presidente do Parlamento Pan-Africano; Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma que, como Presidente da Comissão da União Africana de Julho de 2012 a Janeiro de 2017, iniciou uma nova visão da UA, a Agenda 2063; A Dra. Asha-Rose Migiro, da Tanzânia, que foi Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas entre Fevereiro de 2007 e Julho de 2012; e Phumzile Mlambo-Ngcuka, subsecretária-geral da ONU e Diretora Executiva da ONU Mulheres desde Agosto de 2013, e ex-vice-presidente da África do Sul (2005-2008).

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro 2017 - Abril 2017

1 Fevereiro	Dia da abolição da escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Thaipoosam Cavadee	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
9 Fevereiro	Thaipoosam Cavadee	Maurícias
24Fevereiro	Maha Shivaratree	Maurícias
28Fevereiro	Carnaval	Angola
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
8 Março	Dia da Mulher	Angola, Zâmbia
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Youth Day	Zâmbia
29 Março	Dia da Juventude	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
	Ougadi	Maurícias
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia do Sheik Abeid Karume	Tanzânia
	Dia da Mulher	Moçambique
14 Abril	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesotho, Madagáscar Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul Swazilândia,Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da união	Tanzânia
27Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
30 Abril	Dia da Juventude	RDC